

O suicídio de Felisberto:

a fazenda São Fernando entre elites e escravos (Vassouras – 1850–1888)

Fábio Pereira de Carvalho¹

Resumo: O presente artigo procura demonstrar a construção da elite escravista de Vassouras no período 1850 a 1888 através do estudo de uma fazenda em particular, São Fernando. Através do estudo da mesma fazenda, outrossim, foi possível enveredar pela vida em comunidade de seus escravos, e em específico, do suicídio do escravo doméstico Felisberto. Seu enforcamento abre brechas para verificar como a construção da comunidade escrava, vista de forma não homogeneia, implicou em uma lógica de prestígio e desprestígio que também passava pelo tipo de trabalho realizado por determinado escravo.

Palavras-chave: Fazenda São Fernando, Micro-história, Comunidade escrava, Trabalho escravo.

Abstract: This article shows the construction of the Vassouras' ruling class in the period 1850-1888 through the study of a particular farm, São Fernando. By studying the same farm, instead, it was possible to enter into the community life of their slaves, and in particular, of the domestic slave suicide Felisberto. His hanging open gaps to see how the construction of the slave community, looking not homogeneous form, resulted in a prestigious logic which also passed by the type of work performed by particular slave.

Keywords: San Fernando farm, Micro-history, Slave community, Slavery.

The suicide of Felisberto:

The São Fernando farm between aristocracy and slaves (Vassouras – 1850–1888)

¹ Doutorando em História Social, Universidade Federal Fluminense.



Figura 1. Fazenda São Fernando, fachada principal. Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

A história da Fazenda São Fernando², em Massambará, hoje perímetro rural do 5º distrito do Município de Vassouras, pode ser usada como um metônimo da história de Vassouras, tanto macro quanto microssocial.

A origem territorial de Vassouras remonta ao século XVIII, quando as doações de terra se intensificaram ao longo do Caminho Novo, especificamente às sesmarias da Varzia e Vila Latina. Nesse momento, o Caminho Novo estava intimamente ligado à descoberta de ouro em Minas Gerais e ao povoamento da região de Vassouras, como destacou Stanley Stein:

No princípio do século XVIII, ao se iniciar o surto de mineração, a primeira via de comunicação entre Minas e Rio de Janeiro através do porto de Parati, a sudeste do Rio, revelou-se insatisfatória, e novas passagens foram procuradas através do escarpamento. Uma dessas estradas, o Caminho Novo, deixava a cidade ribeira de Paraíba do Sul e entrava no que é agora o município de Vassouras, em Cabaru, em seguida, acompanhando o rio Ubá, curso acima para a serra do Mar e descendo para as planícies, chegava ao porto de Estrella na baía de Guanabara (STEIN, 1990, p.31-32).

² Todas as informações sobre a história da Fazenda São Fernando foram encontradas no Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, da INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro.

Fernando Luís dos Santos Werneck, fundador da fazenda São Fernando, no fim do século XVIII e início do XIX, era filho de enricados mineiros que haviam saído da região de Ouro Preto com a decadência do ouro, exatamente como a maioria dos primeiros povoadores de Vassouras haviam feito. Os novos rumos dos acontecimentos aturaram no sentido de completar o povoamento de Vassouras durante o último quartel do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX: o esgotamento das minas do norte; a expansão do cultivo do café em direção aos terrenos elevados do Vale do Paraíba e a eliminação de um pequeno grupo de índios coroados onde agora está situada Valença, na margem norte do Paraíba. De volta das minas e das cidades situadas nas estradas, que haviam florescido no negócio de mineração, vieram aqueles que enriqueceram, os contingentes de Barbacena e de São João d'El Rey, com um olho nos morros virgens pontilhados com posseiros ocasionais e outro no próximo mercado da cidade do Rio de Janeiro, com açúcar, rum, milho, carne de porco, feijão e banana (STEIN, 1990, p. 33-34). Foi com a exploração de alguns desses produtos simples como cana-de-açúcar, feijão, café e carne, que a fazenda começou. Em 1825, ocasião da morte de Maria Luisa, primeira esposa de Fernando Luís, a fazenda tinha uma pequena produção de café, apenas 3.500 pés.

O apogeu da fazenda São Fernando também esteve intimamente ligado ao próprio apogeu de Vassouras. Em 1850, a propriedade tinha uma extensão de 464 braças de testada e 1.500 de fundos, com 87 mil pés de café. Fernando Luís faleceu em 20 de abril de 1850, e a essa altura, sua propriedade possuía casa de vivenda, paiol, casa de armazenar café, 26 lances de senzalas, telheiros, várias casas para empregados e tropas, chiqueiro murado e lajeado, além de 189 escravos. Empregava vários assalariados, entre médicos, capelão, administrador, arreador, hortelão, feitores de roça e terreiro. Referenciais como terras, escravaria, fortuna e prole numerosa haviam garantido a Fernando Luís, em vida, prestígio político e social, colocando a Fazenda São Fernando em posição de destaque no Vale do Paraíba Fluminense. Para Ricardo Salles (2008), essa era a maior peculiaridade de Vassouras, que concentrava grandes fazendas, fortuna e numerosa população escrava (como a fazenda São Fernando) e, por conseguinte, boa parte da camada superior da boa sociedade imperial.

Significativo o número de escravos de Fernando Luís em 1850, cento e oitenta e nove. Vassouras, ao longo do tempo, assistiu a um processo de concentração da propriedade escrava, na qual a Fazenda São Fernando teve efetiva participação. A propriedade escrava da

cidade estava na mão dos megaproprietários, ou seja, aqueles que – como Fernando Luís – possuíam mais de 100 escravos. Ademais, a fazenda São Fernando estava localizada na paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes, a leste da área do antigo município. Essa paróquia era a que mais possuía escravos no Município de Vassouras, mais de 8 mil escravos.

O café se tornou uma grande cultura na província fluminense já a partir de 1830. A conjuntura internacional teve importância crucial para esse fenômeno. Apesar de sua relativa antiguidade no Brasil – pois foi introduzida em 1727 – a cultura do café não representou nada de apreciável até o início do século XIX, quando adquiriu importância nos mercados internacionais (PRADO JUNIOR, 2004). A industrialização, a urbanização e o crescimento populacional tornaram os países centrais da economia mundial dependentes de fornecedores externos de artigos para a indústria (caso do algodão norte-americano) ou para o consumo pessoal das massas urbanas (café e açúcar do Brasil e de Cuba) – na Grã-Bretanha, por exemplo, o volume das importações simplesmente quadruplicou entre 1780 e 1850. Foi dessa forma que as sociedades escravistas americanas se inscreveram na ordem mundial do livre mercado, onde a concorrência e a alta produtividade as induziram à hiperespecialização produtiva (PARRON, 2011, p. 27).

Por causa dessa hiperespecialização, em 1850, o café estava em seu ponto alto e contribuía com 79% da safra do país, incluindo as safras de outros produtos. As famílias dos grandes proprietários do Vale do Paraíba Fluminense casavam entre si, evitando a fragmentação da propriedade, enquanto ampliavam sua rede de riqueza, poder e influência. Assim foi com os pais de Fernando Luís dos Santos Werneck: Antonio Luis casou-se com Luísa Maria Angélica, uma das filhas do Capitão Ignácio de Souza Werneck. Este, de 1790 a 1820, foi o grande responsável pela demarcação e início da construção da chamada Estrada do Commercio, importante já que nesse tempo a expansão das regiões unidas de Valença e Vassouras requeria novas estradas que pudessem escoar as exportações crescentes de milho, cana, toucinho de fumeiro e café (STEIN, 1990). Juntamente com os Ribeiro de Avellar, eram os donos da rica paróquia vassourense de café de Paty do Alferes. Segundo Ricardo Salles (2008, p. 143):

Os Werneck constituíam um verdadeiro clã, originado a partir de seu fundador, o major Inácio Werneck, que possuía fazendas praticamente em toda a região do Vale. O clã abria-se em diversos ramos: os Lacerda Werneck, talvez o mais proeminente deles, os Chagas Werneck, os Santos Werneck e os Sousa Werneck.

Assim como os Werneck, outras grandes famílias escravistas se formaram em Vassouras, entre elas, a Ribeiro de Avellar, a Corrêa e Castro, a Paes Leme, a Teixeira Leite, a Gomes Leal e a Monçores. O momento de formação dessa classe senhorial se confundiu com a própria construção do Estado Imperial. O reconhecimento do papel econômico exercido pelos fazendeiros de café se fazia pela concessão de títulos, os baronatos, muito desejados pelas famílias de Vassouras. Desde o primeiro ano do reinado de Dom Pedro II (1841) ao seu último (1889) esses títulos não hereditários foram distribuídos a fazendeiros de café. Suas contribuições financeiras, principalmente durante a Guerra do Paraguai, seu apoio político ao regime imperial ou suas ações filantrópicas fizeram com que alguns se tornassem “barões do café”. Aproximadamente 14% de todos os títulos foram concedidos a fazendeiros de café, incluindo todos os fazendeiros influentes de Vassouras, enquanto cerca de 30% de todos os títulos foram para fazendeiros, seus banqueiros e seus comissários (STEIN, 1990, p. 156). Exemplo disso, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão de Paty do Alferes, primo de Fernando Luís dos Santos Werneck e seu contemporâneo. Preocupado com o prestígio dos fazendeiros de café, o Barão escrevera em seu livro “Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro” (1847, p. 95):

Um fazendeiro cuidadoso tem todos os dias uma jantar esplêndido, e só lhe custa dinheiro o vinho e o sal, ou algum acepipe; o mais tem ele de casa, e com muita profusão. Acreditamos não exagerar; alguns habitantes da corte, que têm visitado as nossas fazendas, reconhecerão isto e nos farão justiça.³

A importância dos fazendeiros de café na política imperial esteve na própria formação da classe senhorial, que como classe dominante consolidou uma ordem social hierárquica. Tal ordem, por sua vez, implicou a construção de uma política hierárquica, em cujo topo se encontravam o imperador e os estadistas imperiais, a nobreza e a boa sociedade, condição de manutenção da primeira – e que a ela se sobrepôs e se interligou intimamente. Se, durante todo o Segundo Reinado, houve estreita correspondência e dependência entre estas duas ordens, com a primazia estrutural da ordem social sobre a ordem política, uma vez que a escravidão e o controle sobre os escravos eram o chão sobre o qual ambas se erguiam, sem haver homologia. O equilíbrio das duas ordens e dessas entre si dependia do

³ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro**. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1878, p. 95

poder econômico e social dos grandes senhores, o qual, por sua vez, dependia e se realizava sobre a escravidão. (SALLES, 2008, p. 56) Portanto, a classe senhorial vassourense, como uma das mais importantes do Vale do Paraíba Fluminense, tinha ligações políticas fortes durante o Segundo Reinado, como faz crer a própria visita de Dom Pedro II a Vassouras, quando percorreu a província fluminense e se hospedou nas casas de fazenda por volta de 1847 (SCHWARCZ, 2008, p. 357), e o apoio da maioria dos fazendeiros ao Partido Conservador (STEIN, 1990).

O café, produto que tornou possível o nascimento da classe senhorial no Vale do Paraíba Fluminense, teve sua idade de ouro nas décadas de 1850 e 1860. Contraditoriamente, uma das explicações para isso foi o fim do tráfico transatlântico de escravos. Como nos informa Stein (1990, p. 55), enquanto àqueles cujas propriedades eram pequenas e com poucas reservas de escravos, o rápido aumento no preço dos escravos, depois de 1852, gerou uma calamidade, àqueles proprietários de terras que haviam se endividado na aquisição de grandes quantidades de escravos no período de preços mais baixos, o fim do comércio foi uma verdadeira dádiva. Isso dobrou a garantia que poderia ser oferecida para conseguir outros empréstimos e lhes permitiu por fim à primitiva economia autossuficiente que caracterizava as primeiras fazendas.

Após a morte de Fernando Luís dos Santos Werneck, que já havia se casado novamente, com Jesuína Polucena, filha dos proprietários da fazenda Manga Larga, sua fortuna foi deixada para ela e seus filhos. A viúva recebeu 95 escravos, 464 braças de terras de testada com 1.500 de fundos, nas quais estava a sede da fazenda com todas as construções e a maior parte dos cafezais, totalizando seu inventário o montante de 184 contos 865 mil 204 réis, após o pagamento das dívidas. Menos de cinco meses antes de sua morte, Jesuína Polucena contraiu novas núpcias, em regime de comunhão de bens, no oratório da fazenda, com o Dr. João Arsênio Moreira Serra, espanhol de Leão, naturalizado brasileiro, filho de João Moreira Serra e Manoella Maria Gosmão. Sob sua administração, ampliou as terras, incorporando uma área no chamado Pasto das Éguas; a casa de vivenda ganhou jardins, muros de pedra e escadas, bem como uma horta e um pasto gramado e valado; foram construídas uma enfermaria e uma casa para mantimentos, assobradadas, com forro, telhas, assoalho e vidraças; uma olaria e uma tenda de ferreiros, possibilitando a fabricação, na própria unidade produtiva, de materiais como telhas, tijolos, cravos, pregos etc., o que assegurava mais ainda a sua autossuficiência. O maquinário de beneficiamento foi modernizado, sendo incorporado um engenho a vapor com força de oito cavalos, vários

ventiladores e moinhos, engenho de pilões de 15 mãos, engenho de cana e moenda, roda para cevar mandioca, prensa e forno de cobre. Com a morte de João Arsênio, sua enteada Guilhermina Leopoldina d'Oliveira Werneck negociou a propriedade com todas as plantações, benfeitorias e escravos a Mathias Bernardino Alexandre. Alexandre Polaco, como era conhecido, logo a revendeu a José Ferreira Neves, negociante carioca que havia se estabelecido em Vassouras. Após sua morte em 12 de janeiro de 1879, a fazenda ficou como herança da viúva, que se casou com José Benedito Marcondes Machado. Por essa época, as dívidas acumuladas já perfaziam o total de 142 contos 878 mil e 625 réis, o que ocasionou a execução da hipoteca pelo Banco do Brasil. Foi adquirida por um pouco mais de 56 contos de réis em 1889.

A desvalorização da propriedade, as dívidas das famílias que foram proprietárias da Fazenda São Fernando também são exemplos para se pensar no declínio dos grandes fazendeiros de Vassouras. Enquanto o valor dos bens da fazenda, constituído de casas, maquinaria, terra e café, mudava lentamente, a rápida desvalorização de escravos transformou-se num problema para as fazendas anos antes da abolição, reduzindo a garantia da qual os fazendeiros dependiam para obter empréstimos. Sensível às exigências dos fazendeiros de café politicamente poderosos, despojados de sua propriedade escrava pela abolição um ano antes, o governo provincial tentou estimular os bancos particulares a conceder aos fazendeiros o dinheiro de que tanto precisavam. A única instituição bancária que desejava fornecer crédito rural, o Banco do Brasil, representou o ponto final da era dos barões. Como aconteceu com José Benedito Marcondes Machado, que de 1879 a 1889 foi o proprietário da fazenda São Fernando, o banco, apesar de tolerante nas décadas de 1870 e início de 1880, impediu legalmente que os fazendeiros infratores remissem o penhor, até mesmo porque o declínio agrícola do município se intensificou nos anos próximos à abolição. O banco não tinha laços familiares ou a obrigação de manter a fazenda de um amigo, sua responsabilidade era acima de tudo em relação ao governo e não a particulares. Apesar disso, houve um estímulo comercial através de investimentos: o Banco do Brasil concedeu grandes créditos e mais do que dobrou seus empréstimo aos fazendeiros da província do Rio no breve período de 1877 a 1883 (STEIN, 1990, p. 288-292). Não foi o suficiente para acabar com a crise. Soma-se a tudo isso um elemento ambiental: a degradação do solo⁴.

⁴ Assim resumia Stanley Stein sobre a economia em declínio em Vassouras, ligando questões ambientais a econômicas: “A próspera estrutura erigida pelos fazendeiros de café nos anos anteriores a 1850 e após esse ano já continha as sementes da decadência. Mesmo durante os anos mais prósperos, já se presentia o declínio da

Durante todo o tempo da implantação e consolidação da escravidão em Vassouras, a relação entre senhores e escravos talvez tenha sido a mais conturbada de todos os municípios do Vale do Paraíba. Grandes tentativas de insurreições e medos rondaram o sono e roubaram o sonho de muitos senhores de escravos.

A primeira delas, e talvez a mais conhecida, foi o Quilombo de Manoel Congo. Na verdade, o quilombo foi desbaratado pelas autoridades antes de ser formado, mas o nome desse escravo nunca saíra da cabeça de senhores e escravos na província do Rio de Janeiro. No dia 5 de novembro de 1838, em meio à escuridão, centenas de escravos pertencentes ao capitão-mor Manuel Francisco Xavier abandonaram as senzalas. Parecia tratar-se apenas de uma fuga coletiva. O capitão-mor possuía duas grandes fazendas não muito distantes entre si, que, juntas, contavam com quase quinhentos escravos. O pânico tomou conta não só de Vassouras, mas as notícias logo chegaram à Corte Imperial. O grupo que havia fugido da fazenda chamada Freguesia rumou, na madrugada seguinte, para a outra fazenda, denominada Maravilha. Lá, tentaram matar o feitor, arrombaram os paióis e casas de vivenda, roubaram mantimentos e ferramentas, e reuniram mais cativos para uma escapada definitiva. Após reunir grande quantidade de provisões, partiram para a floresta vizinha, onde se encontrava outro grupo de escravos – pertencentes ao fazendeiro Paulo Gomes de Ribeiro Avelar – que também haviam fugido. Nesse momento, a população africana, na maioria jovem adulta, representava cerca de 70% de toda a população escrava na região. Na fazenda do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, quase todos os escravos eram africanos, e, com certeza, a maioria não tinha ainda mais do que cinco anos de trabalho nas fazendas de café. Manuel Congo, escravo ferreiro e com família se tornou o líder da insurreição e tentativa da formação do grande quilombo. Dizia-se que tinha capacidade de se tornar “invisível”, também chamado de “pai” ou “mestre”, é provável que se tornara um líder religioso numa empreitada quase messiânica, uma vez que a figura do ferreiro era, na África Central, muito respeitada e estava ligada aos seus poderes espirituais. No dia 8 de novembro,

economia, à medida que fazendas malsucedidas eram transferidas aos credores e os empréstimos feitos para a aquisição de escravos a fim de produzir mais café não podiam ser amortizados. Posteriormente, os preços do café passaram a flutuar, os escravos tornaram-se escassos e dispendiosos, e as encostas virgens eram transformadas em morros devastados cobertos de cafezais antigos. As fazendas em melhor situação mantinham a produção adquirindo maquinaria para compensar a força de trabalho idosa e ineficiente. No entanto, aqueles fazendeiros que permaneceram devedores por terem adquirido escravos durante os anos prósperos e aqueles que se juntaram a eles em termos de dívidas pela aquisição de maquinaria enfrentaram um mercado difícil no final da década de 1870 e por toda a de 1880. Eles não podiam pagar dívidas acumuladas, tampouco obter novos empréstimos feitos às fazendas era baseado no valor da propriedade escrava, e a iminência da abolição – repentina ou gradativa, mas de qualquer maneira inexorável – deixava os fazendeiros sem garantia”. STEIN, Stanley. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 253.

ainda sob o calor dos acontecimentos, o juiz de paz oficiou ao coronel chefe da Guarda Nacional da região, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuro Barão de Pati do Alferes (citado acima), clamando providências e ressaltando a gravidade da situação. Lacerda Werneck não decepcionou os seus colegas senhores, e atacou-os antes que pudessem fazer alguns ranchos. O número de escravos envolvidos passou de cem, talvez de duzentos, e poucos foram capturados (GOMES, 2006).

Dez anos após a insurreição de Manoel Congo, novamente os fluminenses passaram por outro grande medo em Vassouras. Em 1848, as autoridades policiais descobriram um plano de rebelião de grandes proporções, centrado nas fazendas. O dia da insurreição estava marcado para o dia de São João Batista (24 de junho) e começaria com o envenenamento dos senhores “pelas Mocambas do Anjo”, que “eram os pretos e pretas que mais de perto servissem os senhores”. Em seguida, “a ferro se daria cabo aos que não tivessem sucumbido pelo veneno”. A conspiração tinha claramente sua origem num culto religioso, centro-africano e de raízes kongo/mbundu. No que diz respeito à maneira de matar os brancos que sobrevivessem ao envenenamento (“a ferro se daria cabo” a eles), provavelmente os instrumentos a serem usados eram barras de ferro. A hipótese mais plausível; os ferreiros escravos, encontrados nas grandes fazendas tinham essas armas na mão. Para kongo e mbundu, os ferreiros tinham poderes espirituais próprios, especialmente para interceder junto aos bisimbi, tidos como os criadores da metalurgia. Assim, as barras de ferro – e não faltavam facas para tal serviço – pode ter tido um sentido ritualístico. Chama a atenção que o líder desse plano de rebelião em 1848, um “pardo livre”, era ferreiro de profissão, a mesma de Manoel Congo em 1838 (SLENES, 2006).

Se os planos descobertos em 1838 e 1848 refletem basicamente a demografia escrava em Vassouras na primeira metade do século XIX, o contexto de entrada de inúmeros africanos trazidos pelo comércio de escravos depois do tratado de 1831, os outros dois grandes medos dos senhores de escravos na segunda metade do século XIX dizia respeito ao contexto de “domesticação”⁵ da escravidão no Brasil, que é marcado pelo fim do tráfico e a tentativa de regular o movimento do comércio interprovincial, uma política pró-escravista baseada no paternalismo e patriarcalismo, que deu subsídio para a continuação da escravidão; e a tentativa de proteger o país de uma grande rebelião de escravos.

⁵ O conceito de domesticação da escravidão é forte nos Estados Unidos, logo após a independência dos Estados Unidos e o fim do tráfico de escravos em 1808. Para o Brasil, esse conceito seria viável na medida que após o fim do tráfico, em 1850, as mesmas características seriam buscadas, principalmente entre os vale-paraibanos. Para o conceito de domesticação da escravidão, ROTHMAN, Adam. **Slave Country**. American Expansion and the Origins of the Deep South. Massachusetts: Harvard University Press, 2005.

Nesse sentido, temos os rumores de uma insurreição generalizada em 1854 na região do Vale do Paraíba Fluminense, que produz uma reunião entre os fazendeiros para tratar do assunto, deliberando uma “comissão permanente”, formada por quatro fazendeiros do município e presidida pelo comendador Laureano Correa e Castro – futuro Barão de Campo Bello. Os fazendeiros formulam algumas “instruções” a serem seguidas. Segundo os fazendeiros,

Os membros da Comissão Permanente (cada um relativamente aos fazendeiros moradores no distrito que lhe couber inspecionar) devem empregar todos os meios a seu alcance para convencerem os ditos fazendeiros do perigo das insurreições e da necessidade, quanto antes, de adotarem providências que obstem e previnam tão terrível mal. Se o receio de uma insurreição geral é talvez ainda remoto, contudo o das insurreições parciais é sempre iminente, com particularidade hoje que as fazendas estão se abastecendo com escravos vindos do Norte, que em todo tempo gozaram de triste celebridade. Insurreições parciais têm havido por vezes em diversos pontos e infelizmente não serão as últimas. Dormir sobre o caso é uma imprevidência, que entrega-nos desarmados ao perigo, ou faz com que no momento dele se tomem providências desordenadas, insensatas e só próprias para infundirem e arraigarem no espírito dos escravos a convicção do susto e terror que nos causam. Urge portanto adotar-se um complexo de medidas prudentes e moderadas, um sistema de cautela e vigilância que tenha em vista a segurança de uns, sem ao mesmo tempo despertar as suspeitas de outros.⁶

O primeiro item das deliberações, “uma pessoa livre por 12 escravos, duas por 25, cinco por 50, sete por 100, dez por 200; e daí para cima mais duas pessoas livres por cada 100 escravos que crescerem”⁷, talvez indique a resistência dos fazendeiros de pensar a colonização como alternativa para a mão de obra escrava. O segundo item, “devem igualmente os fazendeiros ter armamento correspondente ao número de pessoas livres, depositado em uma casa forte e sempre pronto para qualquer ocorrência”.⁸ Os quatro itens restantes diziam respeito à política de domínio dos escravos. Eram eles, manter uma polícia vigilante, fazendo os escravos dormir em lugar fechado, proibindo a comunicação de umas para as outras fazendas e não consentindo que tenham mais armas, além das indispensáveis para a lavoura; permitir e promover divertimento entre os escravos; promover por todos os meios o desenvolvimento das ideias religiosas entre os escravos, fazendo com que estes se confessem, ouçam missa o maior número de vezes e celebrem mesmo certas festas

⁶ Cf. Instruções para a Comissão Permanente Nomeada pelos Fazendeiros do Município de Vassouras. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Guimarães & CA, 1854.

⁷ Cf. Instruções para a Comissão...

⁸ Cf. Instruções para a Comissão...

religiosas; permitir que os escravos tenham roças e se liguem ao solo pelo amor da propriedade.⁹ Essa política de dominação dos senhores de escravos interferiu não somente nas relações entre senhor e escravos, mas também entre os próprios escravos.

O último grande medo dos senhores de escravos de Vassouras não foi causado por rumores ou descoberta de planos de insurreições. Na verdade, era resultado da luta dos malês em 1835 e sua terrível memória nas mentes dos escravistas brasileiros, que produziu uma desconfiança dos escravos vindos do Norte. Esse medo ultrapassou décadas, e em 1874 na Assembleia Provincial foi pronunciado e alardeado que “o vulcão que pode fazer erupção súbita e repentina (...)”, incendiando as “(...) províncias de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo (...)”, regiões concentradoras da lavoura de café e, também, de um elevado número de cativos “das províncias do Norte” (MACHADO, 1993, p. 82).

Senhores de escravos poderosos no contexto da política imperial, senhores de escravos amedrontados no contexto da política municipal. Tudo isso, refletiu em como os escravos conceberam a vida em contato com outros escravos, mas suas relações não foram puro e simples reflexo da dominação senhorial.

“É nessa micropolítica que o escravo tenta fazer a vida e, portanto, a história”, afirmava João José Reis e Eduardo Silva, acerca da *negociação e conflito* com senhores. Pode-se ir além, e dizer que a micropolítica se mostra também nas relações entre escravos, porque nelas há também disputa por poder latente.¹⁰ Nessa parte, separa-se a conjuntura “macro” para se enveredar numa pequena brecha deixada no Centro de Documentação Histórica, na cidade de Vassouras, com a finalidade de enriquecer a análise político-social e tornar as variáveis mais numerosas, complexas e mais móveis.¹¹ Trata-se do suicídio de Felisberto, um dos escravos domésticos da fazenda São Fernando.

Felisberto – numa triste incoerência entre nome e destino –, escravo crioulo da Fazenda São Fernando, nesse momento de propriedade de José Benedito Marcondes Machado, foi encontrado enforcado, dando cabo de seu suplício e levando consigo as

⁹ Cf. Instruções para a Comissão...

¹⁰ Segundo René Rémond, “já que não se pode definir o político por uma coleção de objetos ou um espaço, somos levados a definições mais abstratas. A mais constante é pela referência ao poder: assim a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder”. RÉMOND, René. “Do político”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 444.

¹¹ Para Jacques Revel, “[A abordagem micro-histórica] afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama”. REVEL, Jacques. **Microanálise e construção social**. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 20.

explicações mais íntimas de seu ato. O que se pode deduzir do acontecido é pelo que foi deixado pelas testemunhas, escravas e livres, através da mediação de um escrívão.

O processo se inicia com a comunicação do Ilmo senhor subdelegado, em 14 de outubro de 1881:

Fui hoje chamado a fazenda de São Fernando (...) verifiquei: estar o cadáver pendurado em uma árvore por um cipó, ter em baixo um chapéu de couro, um cobertor, uma garrafa pelo meio de aguardente, um embornal, duas caixas de fósforos, três charutos e uma carteira deteriorada. Vestia calça escura e camisa de algodão (...). O fato, segundo diz o doutor Moreira e pelo estado do cadáver parece ter se dado a um mês mais ou menos”.¹²

Se a comunicação do subdelegado foi feita no dia 14 de outubro de 1881, a morte do escravo teria acontecido em meados de setembro, pois, como relata o administrador a seguir, o escravo fugiu no dia 27 de agosto. À época do processo, José Benedito Marcondes Machado estava em São Paulo, encontrando-se sua fazenda sob os cuidados do administrador Arthur Pereira da Silva, de 26 anos. Para o Barão de Paty do Alferes, os administradores deveriam cuidar de tudo o que dissesse respeito à coleta do café, sendo de sua responsabilidade a revista dos escravos antes de depois do trabalho, não sendo demais “monta[r] depois a cavalo, e vai ver as roças, demorando-se todo o tempo possível no lugar em que se acham os pretos trabalhadores, observar se o serviço é bem feito, o capim bem arrancado, os roçados com todas as árvores bem decepadas, os cipós bem cortados, etc”.¹³ O trabalho de Arthur Pereira da Silva não foi bem realizado: foram os cipós não verificados por ele que enlaçaram o pescoço de Felisberto. Segundo o próprio administrador,

Felisberto fugiu da fazenda onde ele respondente é administrador, no dia 27 de agosto desde corrente ano, e que apareceu no dia 13 desse corrente mês [de outubro] enforcado no capoeirão junto da fazenda de Caetano Jose Pereira, e que é de supor que Felisberto enforcou-se a mais de esse mês.¹⁴

Devido ao estado deteriorado do corpo, há quase dois meses dependurado numa árvore, Arthur Pereira Silva, o feitor Graciano e Jacinto Gomes de Avellar Coelho (provavelmente vizinho da fazenda São Fernando), “reconheceram ser o cadáver do preto Felisberto escravo da dita fazenda de São Fernando, não só pelo número da camisa, como

¹² CDH-USS, documento 104664572012.

¹³ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro**. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 62.

¹⁴ CDH-USS, documento 104664572012.

pelo chapéu que se achava próximo”.¹⁵ Felisberto, portanto, tinha como se diferenciar dos demais escravos, ao ponto de ser reconhecido pelo número de sua camisa e pelo chapéu.

Cinco escravos foram escutados como informantes no processo aberto sobre a morte de Felisberto. Gualtez, José, Antônio, Balbino e Florentino, informaram mais detalhes sobre os dias que antecederam o enforcamento. De forma quase uniforme, os escravos afirmaram que

Felisberto seu parceiro esteve alugado em casa do doutor Joaquim Francisco Moreira, e dali vindo para casa, foi trabalhar na horta por uns três dias, daí a senhora dele respondente e de Felisberto ordenou que este fosse para roça; Felisberto para ali foi indo somente trabalhar um dia; daí fugiu e passado mais ou menos 1 mês foi encontrado enforcado.¹⁶

Felisberto esteve alugado. Uma prática muito difundida nas cidades, o aluguel de escravo é muito pouco estudado para o mundo rural no Brasil. A prática de alugar escravos, nas áreas rurais, respondia à contratação extra por parte de pequenos, médios e grandes senhores de terras, muitas vezes por um ano ou pela parte da colheita, que demandava mais trabalho. Os escravos mais especializados também não escapavam dessa possibilidade, já que seus serviços poderiam ser de grande valia: carpinteiros, mecânicos e outros. A fazenda São Fernando e seu proprietário José Benedito Marcondes Machado, que havia se casado com a herdeira da propriedade em 1879, que por sua vez comprara de Alexandre Polaco, passavam por sérios problemas financeiros. Dessa forma, o fato de alugar escravos para trabalharem em outras fazendas poderia ter sido um meio encontrado pelos senhores para sanar um pouco da dívida, ao mesmo tempo fazendo um pouco de economia com comida e vestimenta.

Os escravos podiam responder de maneira positiva ao aluguel. Eles poderiam viajar de um lugar para outro, viver mais independentemente, talvez ganhar uma pequena quantia por um trabalho extra. Ao mesmo tempo, isso também significava deixar seus familiares durante um bom tempo, ajustando-se a uma diferente rotina de trabalho, lidando com senhores e feitores que eram às vezes duros e implacáveis. Como resultado, a maioria dos escravos sentia que deveria tomar parte nas decisões sobre como, quando, e para quem seriam emprestados. Quando algo não os agradava, os conflitos apareciam (FRANKLIN and SCHWENINGER, 1999, p. 4). Felisberto era um escravo doméstico e o aluguel para a fazenda do dr. Joaquim Francisco Moreira com certeza era para o trabalho na roça, o que

¹⁵ CDH-USS, documento 104664572012.

¹⁶ CDH-USS, documento 104664572012.

deve ter desagradado bastante ao escravo. Provavelmente via na troca constante de senhores a ruína de seu destino.

A morte de um senhor, a partilha, a venda de uma propriedade ou a chegada de um novo senhor – como no caso de Felisberto, a chegada de José Benedito Marcondes Machado, que havia se casado com a viúva do antigo dono, o negociante carioca José Ferreira Neves, que por sua vez comprara a fazenda de Alexandre Polaco, que a revendeu depois da herdeira Guilhermina Leopoldina d’Oliveira Werneck, última da família do fundador a ter posse da fazenda, se desfazer da propriedade – era uma das situações mais incômodas que poderiam pairar sobre as cabeças dos escravos. Como analisou Sidney Chalhoub:

A morte do senhor podia trazer mudanças significativas na vida de um escravo, incluindo a possibilidade da alforria. Mais do que um momento de esperança, porém, o falecimento do senhor era para os escravos o início de um período de incerteza, talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido. Eles percebiam a ameaça de se verem separados de familiares e de companheiros de cativeiro, havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades (CHALHOUB, 2003, p. 111).

Essas incertezas podem ter passado pelos pensamentos de Felisberto e outros escravos da fazenda e até mesmo de grande parte da comunidade escrava de Vassouras, porque, como vimos, o fim da década de 1860 foi de início da decadência econômica de grande parte dos fazendeiros. Elione Silva Guimarães (2009) também destacou como a morte de Casimiro Lúcio Ferreira de Carvalho, proprietário da fazenda Santana da Barra, no Vale do Paraíba Mineiro, desestruturou a vida da comunidade da fazenda, tanto de escravos como de livres. O interessante é constatar a diferença que a troca de senhores poderia trazer para os escravos no Brasil e na Argentina: neste último, a troca de senhores entre escravos poderia ser obtida através de um “papel de venda”, documento que lhes servia para procurar outro senhor “a seu gosto”, permitindo-lhes sair de uma relação de escravidão “injusta”. Obviamente, o papel de venda,

era um forma de limitar o direito de propriedade, uma vez que obrigava o senhor a fazer uma venda indesejada. Isso já era instituído nas *Siete Partidas*. Na *Partida 4*, era estabelecido que o senhor não poderia tratar o escravo com demasiado rigor, e, se isso ocorresse e o escravo se queixasse ante o juiz, o proprietário seria obrigado a vendê-lo sem poder voltar a adquirir seu domínio jamais. Por esse motivo, os escravos que entraram na

justiça de Buenos Aires com pedidos de outorga de ‘papel de venda’ fizeram-no alegando maus tratos de seus senhores” (SECRETO, 2010, p. 43).

De fato, o direito e os costumes espanhóis, levados a cabo pelas reivindicações dos escravos, estabeleciam formas diferentes pelas quais os escravos podiam barganhar autonomia e conseguir liberdade. A troca de senhor, institucionalizado no “papel de venda”, fazia dessa prática uma experiência positiva em relação à conquista de autonomia e alforria, no Império Espanhol, especialmente no Rio da Prata; enquanto no Brasil, pelo contrário, os escravos tendiam a ver sua autonomia e possibilidade de alforria mais distantes, uma vez que nenhum direito e costume poderiam lhe garantir que seu *status* permanecesse o mesmo com a mudança de senhor.

Outra diferença do costume platino e brasileiro seria a experiência escrava em relação ao aluguel. Como analisa María Verónica Secreto (2010, p.51), “quando um deles percorria a cidade buscando colocação, podia interessar-se em transformar uma experiência temporária, a do aluguel, em outra mais duradoura, através da passagem como escravo para outro senhor”. O aluguel, entretanto, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos¹⁷ não tinha essa contrapartida para o escravo, apesar deles terem lutado para tomar das mãos senhoriais algumas decisões. Em Vassouras, como em todo Vale do Paraíba após o fim do tráfico transatlântico de escravos¹⁸, o aluguel de escravos, quando as rendas dos fazendeiros já não eram as mesmas, parece ter sido corrente na relação entre os senhores e escravos. É o que se observa dos testemunhos dados pelos informantes escravos. O fato de terem deixado claro

¹⁷ Harriet Jacobs nos fala do doloroso processo de aluguel em sua cidade de natal, Edenton, na Carolina do Norte. Em capítulo dedicado ao assunto, intitulado “O ano novo para os escravos”, Jacobs afirma que “o dia de aluguel no Sul calha a 1 de Janeiro. No dia 2, os escravos devem comparecer junto dos novos donos. Num determinado pedaço de terra, trabalham até apanha do milho e do algodão. Alguns senhores dão-lhes um bom almoço debaixo das árvores, após o que trabalham até à véspera de Natal. Se entretanto não forem acusados de faltas graves, são-lhes concedidos quatro ou cinco dias livres, conforme o senhor ou o capataz decidirem. Depois vem a véspera do Ano Novo; aí, reúnem todos os seus poucos haveres – melhor dizendo, os seus poucos não-haveres – e esperam ansiosamente pela madrugada. À hora marcada, os campos enchem-se de uma multidão de homens, mulheres e crianças que esperam, como criminosos, que seja proferida a sentença de cada um. Não há escravo que não saiba qual o senhor mais humano, ou o mais cruel, cinquenta léguas em redor”. JACOBS, Harriet. **Incidentes na vida de uma escrava**. Lisboa: Antígona, 1993, p. 30.

¹⁸ Elione Silva Guimarães encontrou para o Vale do Paraíba mineiro a necessidade de alguns senhores de alugar cativos como trabalhadores extras. Segundo Guimarães, “Apesar de possuir muitos mancipios, Casimiro necessitou alugar 25 cativos para a colheita de 1866. Esta prática não era incomum em Santana da Barra, visto que em outubro de 1865 a firma Leal & Santos intermediou o aluguel de escravos do capitão José Fernandes de Miranda para a colheita do café de Santana da Barra. E essa não foi a primeira ocasião em que os Ferreira de Carvalho se valeram deste expediente, conforme se depreende da carta que Leal & Santos encaminharam ao capitão José Fernandes. (...) No ano de 1866 Leal & Santos intermediaram novo aluguel dos cativos do capitão José Fernandes de Miranda para Casimiro, solicitando 40 escravos, mas o contrato foi fechado para 25, nas mesmas bases do contrato anterior”. GUIMARÃES, Elione Silva. **Terra de preto**. Usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920). Niterói: Editora da UFF, 2009, pp. 139-140.

na breve história de Felisberto que este estava alugado é significativo. Analisando bem sua descrição do dia em que voltara do aluguel, um dos escravos, Gualtez – do testemunho descrito mais acima –, afirma que Felisberto foi trabalhar na horta durante três dias. O trabalho na horta era de suma importância, pois como afirmou o Barão de Pati do Alferes, “todo fazendeiro deve plantar mantimentos que lhe cheguem para o gasto, de forma que não lhe seja preciso comprar para o consumo, embora faça menor safra”.¹⁹

O trabalho na horta se diferenciava do trabalho no eito. Felisberto era um escravo doméstico, e por isso era possível que se visse superior aos outros. Depois de três dias trabalhando na horta, a sua senhora o mandou para o eito. Ficou um dia na senzala e fugiu. Foi achado morto depois de alguns meses.

Se não foi o motivo principal do suicídio de Felisberto a imposição de sua senhora ao trabalho agrícola, pelo menos foi uma das explicações que alguns escravos poderiam ter pensado para o ato desesperado do escravo: aqui o trabalho doméstico tinha significado superior ao trabalho agrícola.

Entretanto, essa “horta” da qual o escravo Guatez nos fala pode ter sido o que a historiografia norte-americana chamou de “provision ground system”, o que para o Caribe ficou conhecido como “brazilian custom” (TOMICH, 1993, p. 224), e o que no Brasil apenas chamamos de “roça própria dos escravos”. Nada mais, nada menos, do que um pedaço de terra, no qual alguns escravos plantavam para sua sobrevivência. Esse sistema se desenvolveu plenamente em Vassouras e ultrapassou a limitação da subsistência escrava, e ainda foi estimulada por ocasião dos rumores de uma revolta escrava em 1854 e pelo Barão de Paty do Alferes. Na verdade, seria mais adequado expressar-se como “economia escrava”, já que não abarcava somente os produtos da roça, mas cada vez mais, depois dos anos de 1850, roubos de café, tanto de escravos das plantações como de escravos quilombolas, e empréstimos de dinheiro.

Nesse caso, Felisberto teria ido para sua roça própria - o que seria improvável, já que o escravo Gualtez afirmara que o escravo tinha trabalhado por três dias na horta quando no máximo era permitido o domingo para tanto, a não ser um acerto com seu senhor antes de ser alugado – verifica-se a luta desses escravos por manter e expandir suas atividades econômicas, o que foi característico da escravidão em Vassouras a partir de 1850.

¹⁹ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro**. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 59.

A história de Felisberto ilustra bem como era Vassouras do fim do tráfico de escravos (1850) ao fim da escravidão (1888). No momento de sua morte em 1881, a população escrava era maior do que depois do fim do tráfico. Pode ter sido significativo para isso, uma política de crescimento vegetativo da população escrava levado a diante pelos fazendeiros, juntamente com a compra de escravos no mercado interno do Rio de Janeiro e do Nordeste.

Segundo Ricardo Salles (2008), a população escrava em Vassouras passou de 19.210 em 1850 para 20.168 em 1872, e para 23.073 em 1884. Como Felisberto, a população escrava em Vassouras era predominantemente masculina. A maior presença de homens entre os cativos visto ao longo das décadas, entretanto, mostra que, enquanto os homens estavam em declínio, as mulheres escravas estavam aumentando. Sua importância após o fim do tráfico será imprescindível à comunidade escrava. Felisberto, ao que consta, não era casado, e muitos escravos não o foram, na medida em que a concorrência por uma esposa era alta. Entretanto, as lógicas de uniões entre cativos e cativas não era determinada somente pela proporcionalidade numérica. Várias questões se sobrepunham a essas uniões.

Como Felisberto, a população escrava de Vassouras passou a ser mais crioula do que africana, passando da década de 1840, quando mais de 70% de africanos, para a década de 1870, data em que os crioulos quase chegaram a mesma porcentagem. Mas isso não significa a inexistência ou o desaparecimento da população escrava africana: José, que trabalhava ao lado dele, era africano.

Diante desse quadro é possível afirmar que a população de escravos passou por um processo de transformação com o fim do tráfico, no qual “os africanos ainda desempenhavam um papel muito importante nas comunidades de senzala e nas relações sociais como um todo entre senhores e escravos, mas aumentava a importância dos crioulos” (SALLES, 2008, p.183).

Sem dúvida, a influência da cultura africana entre os escravos em Vassouras foi muito forte, mesmo com o processo de crioulação demográfica. Como toda a província do Rio de Janeiro, a presença dos escravos de língua banto da África Central, correspondente ao que hoje é Angola e o Congo, foi maciça em Vassouras. Esses, antes de 1811 chegaram a ser 92,2% dos escravos no Rio de Janeiro, e depois dessa data nunca foram menos de 60% (KARASH, 2000). Como também é conhecido, muitos dos escravos eram já cristianizados, ou pelo menos recebiam o batismo na África Central. Desde o século XV, o catolicismo estava entranhado na política do Kongo e do território português em Angola. Obviamente,

esse catolicismo respondia aos anseios da população e dialogava com práticas religiosas tradicionais da região, tendo uma prática particular.

Juntamente com o catolicismo peculiar da maioria dos escravos bantos que chegavam ao Rio de Janeiro e Vassouras, os senhores de escravos sublinhavam a importância da Igreja na manutenção da escravaria. Já dizia o Barão de Pati do Alferes,

o escravo deve ter o domingo e dia santo, ouvir missa se houver na fazenda, saber a doutrina cristã, confessar-se anualmente: é isto um freio que os sujeita, muito principalmente se o confessor sabe cumprir o seu dever, e os exorta para terem moralidade, bons costumes, e obediência cega a seus senhores e a quem os governa.²⁰

Vassouras era também uma mistura entre influência católica e africana, banto principalmente – apesar da chegada de muitos escravos crioulos e africanos da Bahia e do Nordeste como um todo após 1850, onde predominavam escravos de origem da África Ocidental. A simbologia do suicídio de Felisberto está fortemente ligada a esse sincretismo religioso, característico do cenário do Vale do Paraíba Fluminense. A árvore e as florestas para os bantos representavam o Outro Mundo, sua posição na fronteira entre a área desmatada da cidade e o lugar selvagem e inculto das matas simbolicamente ligava os mundos dos vivos e dos mortos (THORNTON, 2009, p. 158). Enforcado no cipó da árvore num capoeirão, Felisberto estaria fazendo a transição para o Outro Mundo, o mundo dos espíritos. Enforcado no cipó da árvore poderia ter repetido o ato de Judas, tão popular nas festas católicas do interior do Rio de Janeiro, “apertado, maltratado e judiado como se fosse todo de pó de serra por dentro; de pó de serra e de pano como os judas de sábado de aleluia” (FREYRE, 2003, p. 419).

Como Felisberto, a comunidade escrava em Vassouras entre 1850 e 1888 era, portanto, predominantemente crioula, masculina, solteira, que transitava no tanto no mundo católico como no mundo das práticas tradicionais africanas, que ou traziam consigo ou eram passadas pelo ambiente em que cresciam. Após 1860, esses escravos temiam sobre seu futuro, já que a situação não era de opulência. Como os barões do café, os escravos também se relacionavam tendo como base a questão do prestígio. Para os escravos que conviveram com Felisberto, como o africano José, que trabalhava ao seu lado na horta, o escravo se suicidou “de punição por ter vindo da casa do doutor Moreira e sido transportado para a

²⁰ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro**. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 63.

roça”²¹. Essa comunidade escrava não era homogeneia, mas possuía sua própria lógica de prestígio e desprestígio. Para aqueles escravos da fazenda São Fernando, sair do trabalho doméstico para o trabalho agrícola era um desprestígio tão grande, que explicaria o suicídio de um escravo.

Referências

- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FRANKLIN, John Hope and SCHWENINGER, Loren. **Runaways slaves**. Rebels on the Plantation. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**. Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.
- GOMES, Flávio dos S. e MOTA, Isadora M. **Rituais e poder: controle social, temores e violência no Brasil escravista**. In: BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha e MOURA, José Francisco de. **Violência na História**. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad X, 2009.
- GUIMARÃES, Elione Silva. **Terra de preto**. Usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920). Niterói: Editora da UFF, 2009.
- KARASH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 a 1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LARA, Silvia e PACHECO, Gustavo (org.). **Memória do Jongo**. As gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.
- MACHADO, Maria H. P. T. **Crime e escravidão**. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.
- PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SALLES, Ricardo. **E o vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- SECRETO, María Verónica. **Justiça na desigualdade: ações de liberdade, ‘papéis de venda’ e ‘justo preço’**. Rio da Prata, 1776-1815”. In: *Afro-Ásia*, 42 (2010), 27-62.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador**. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SLENES, Robert W. **A árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)**. In: LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo**. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX, São Paulo, Annablume, 2006.
- STEIN, Stanley. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- TOMICH, Dale. **Une petite Guinée: provision ground and plantation in Martinique, 1830-1848**. In: BERLIN, Ira and MORGAN, Philip D (ed.). **Cultivation and culture**. Labor

²¹ CDH-USS, documento 104664572012.

and the shaping of slave life in the Americas. Charlottesville/London: University Press of Virginia, 1993.

THORNTON, John K. **The Kongolesse Saint Anthony**. Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Recebido em: 15 de dezembro de 2014.

Aprovado: 04 de abril de 2015.